

CONSÓRCIO NORDESTE

Comissão de Desenvolvimento Regional - Cofecon

A Presidência do Cofecon manifesta seu apoio à instituição do Consórcio Nordeste, voltado para o desenvolvimento inclusivo de uma Região de grandes potencialidades que, devidamente exploradas, superariam as defasagens econômicas com o Centro-Sul. Não existem deficiências em termos de recursos humanos, haja vista o relevo alcançado por muitos nordestinos, tanto em áreas técnico-científicas quanto artístico culturais, assim como a criatividade e capacidade de resistência e adaptação de seu povo.

O principal determinante dessas defasagens tem sido a alocação regional das políticas de desenvolvimento ao longo da história. Desde o Governo Vargas, passando por JK e os governos militares, as grandes obras estruturantes, os grandes investimentos incentivados, que formaram polos e cadeias produtivas, com exceção do Polo Industrial de Camaçari, ocorreram fora do Nordeste. Apenas recentemente, já no século XXI, medidas do Governo Federal indutoras de desenvolvimento começaram a ser realizadas na Região, como a transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Transnordestina, a Refinaria do Nordeste e as compras de embarcações a estaleiros da Região.

Recentemente, o Nordeste aprofundou novamente sua defasagem, como indicam dados do mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C/IBGE). A seca e a contração dos fundos regionais e transferências reforçaram os efeitos da recessão nacional para causar a contração de 4,9% na população ocupada da Região, do segundo trimestre de 2015 ao de 2019, quando no país como um todo se expandiu 1,7%.

Mesmo se iniciando em uma conjuntura de retaliação do Governo Federal, o Consórcio Nordeste foi instituído nos moldes da Lei Federal nº 11.107/2005, como o Consórcio Brasil Central, devendo se manter funcionando para tratar a Região como um espaço de planejamento que tem tudo para se beneficiar mais com políticas integradas. As providências iniciais anunciadas, de compras conjuntas de bens e serviços, para obtenção de condições mais favoráveis, e de atrair investimentos externos, sobretudo nas áreas de infraestrutura, saúde e segurança, que carregam grande potencial de ganhos em projetos interestaduais, são bastante acertadas.

As diretrizes que recomendamos para o desenvolvimento da Região são similares às que apresentamos para o país, como um todo, na nota “Diretrizes para uma estratégia de crescimento inclusivo”, aprovada em nossa 691ª Plenária, em 2 e 3 de agosto de 2019. No curto prazo, medidas para reanimar a atividade econômica, sobretudo envolvendo aumentos programados de gastos com infraestrutura. No médio e longo prazos, medidas concentradas em dois polos de desenvolvimento, economia da complexidade e economia das comunidades.

Trazendo para o âmbito da capacidade de ação do Consórcio Nordeste, muitas dificuldades políticas terão que ser vencidas, considerando o ambiente de disputa com o atual governo federal. O canal tradicional é o legislativo, onde o Nordeste tem 151 deputados (29% do total) e 27 senadores (33% do total), mas não consegue contar com muitos dessas bancadas, pois a fidelidade maior tem sido com os partidos. Assim, as adesões terão que ser obtidas através dos partidos e do

convencimento pessoal da importância das pautas do Consórcio. Especificando medidas sugeridas, além das providências iniciais anunciadas:

- Ampliar e melhorar as condições de crédito, que dependerá do êxito de gestões junto ao Governo Federal, o que não deve ser fácil. Dos recursos liberados pela Caixa Econômica Federal, este ano, para estados e municípios, apenas 2,2% foram para o Nordeste, enquanto em 2018 essa parcela foi 21,6%. Nesse campo, merece destaque a defesa da manutenção e ampliação das atividades do Banco do Nordeste (BNB).
- Dinamizar projetos estruturantes, como os portos de Suape e Pecém, concluir a Ferrovia Transnordestina e complementá-la com ramificações que coloquem o transporte ferroviário de mercadorias entre os principais modais regionais.
- Finalizar o projeto de transposição do Rio São Francisco e iniciar os desdobramentos necessários para a completa superação da seca no Semiárido.
- Exigir atuação mais efetiva da Sudene para favorecer ao desenvolvimento do Nordeste, finalidade para a qual foi idealizada por Celso Furtado, o mais destacado economista da Região, cujo centenário de nascimento ocorrerá em 2020.
- Reverter a recente contração da cadeia produtiva de petróleo e gás na Região, ocorrida com as reduções das operações da Petrobrás e a privatização do sistema de distribuição por gasoduto.
- Reivindicar a disponibilização de Aval Soberano, com lastro nas reservas internacionais do país, para financiamento externo junto organismos multilaterais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco dos BRICs, para estados e municípios adimplentes e com espaço para ampliar captações externas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Explorar mais intensiva e estrategicamente as atividades turísticas, tendo em vista todas as potencialidades da Região, com capilaridade não apenas costeira, mas, cada vez mais, também voltada para o interior. Trata-se de um setor com grande capacidade de geração de empregos, renda e divisas, mas que exige adequado controle de seus efeitos perniciosos, como prostituição, pedofilia e criminalidade em geral.
- Aprimorar a especificação e regulação da matriz energética, em particular direcionando parcela da geração para projetos de desenvolvimento local e outros usos importantes para a estrutura produtiva interna e expandindo a produção de energia eólica e solar, aproveitando o grande potencial da Região.
- Avaliar a reativação do projeto de cultivo de mamona, para a produção de biocombustíveis, inclusive da usina de biodiesel desativada pela Petrobras em Quixadá (CE) e a criação de outras.

- Constituir uma política articulada de tecnologia e inovação, integrando grupos de pesquisa e empresas, em busca de elevações da complexidade produtiva na Região.
- Universalizar creches, ensino infantil e ensino fundamental, em tempo integral.
- Apoiar projetos de desenvolvimento local, em atividades como a produção de alimentos orgânicos, tendo em vista sua crescente demanda, e a produção, processamento e consumo de caprinos, que são bem-adaptados às condições ambientais e têm presença marcante na culinária nordestina.

Por fim, vale pontuar que, assim como explicitamente declarado por membros do Consórcio, o Cofecon rejeita que a iniciativa possa vir a ser usada para disseminar ideias separatistas. O Brasil não existe sem o Nordeste. Somos a composição de cinco regiões que, mesmo com diferenças socioeconômicas, compartilham a formação histórica e a cultura que nos define.

Natal – RN, 16 de setembro de 2019.



Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Cofecon